



RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.º SEMESTRE

2025

**Sociedade de
Desenvolvimento do
Porto Santo S.A.**

1. INTRODUÇÃO	2
2. ATIVIDADE	3
2.1. CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	3
2.2. CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO	4
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	5
3.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	5
3.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	8
4. EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS	12
5. RECEITAS OPERACIONAIS	13
6. GASTOS OPERACIONAIS	14
6.1. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	15
6.2. GASTOS COM PESSOAL.....	16
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
7.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS.....	17
7.2. BALANÇO.....	19
7.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	21
8. INFORMAÇÃO ADICIONAL	22
8.1. PESSOAL.....	22
8.2. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL	22
8.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS.....	23
8.4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS.....	23
9. CONCLUSÃO	24

1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS) como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e da Câmara Municipal, concorrendo para o desenvolvimento sócio económico, de forma integrada e sustentada da ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

A SDPS tem a sua atividade e funcionamento enquadrados pelo disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira, pelos seus diplomas de criação, respetivos estatutos e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

Em conformidade com o n.º 2 do artigo 24.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho, os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas regionais respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM), mediante o envio à Inspeção Regional de Finanças e à Direção Regional do Orçamento e Tesouro, acompanhado do



Relatório do Fiscal Único. Assim, passamos a relatar as atividades, investimento e execução orçamental do primeiro semestre de 2025 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC-AP.

Foram utilizados os dados constantes no PAO – Plano de Atividades e Orçamento de 2024, uma vez que o PAO referente ao ano de 2025 ainda não foi aprovado.

2. Atividade

A SDPS rentabiliza os ativos que lhe estão afetos, através da conceção, promoção, construção e gestão de projetos.

Neste âmbito, existem diversos empreendimentos que são de gestão direta, nomeadamente:

2.1. Campo de Golfe do Porto Santo

O Campo de Golfe do Porto Santo contempla 18 buracos e, ainda, um circuito curto de “par” 3, desenvolvendo-se numa área de terreno superior a 1.800.000 m², sendo apoiado por um “Club House”.

A estrutura conta com um conjunto de serviços e espaços de lazer tais como restaurante, bar, sala de bilhar, sala de estar, loja “pro-shop”, serviços administrativos.

O quadro infra reflete a variação do número de voltas, entre o primeiro semestre de 2024 e de 2025.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VOLTAS – 1.º SEMESTRE

Atividade	1.º Semestre		Variação 2024/2025	
	2024	2025	N.º	%
N.º de voltas (excluindo Operação Dinamarca e Escandinávia)	3 310	3 299	-11	-0,33%
N.º de voltas - Operação Dinamarca e Operação Escandinávia	19 445	23 382	3937	20,25%
TOTAL	22 755	26 681	3 926	17,25%

Fonte – Porto Santo Golfe

Como se pode verificar no trimestre em análise, no global o número de voltas foi superior, comparativamente ao período análogo em 3 926 voltas.

Em termos globais verificou-se um crescimento de 17,25%, com um incremento da operação Dinamarca e da operação Escandinávia em 20,25%.

2.2. Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

O Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo é uma infraestrutura moderna que tem como principal objetivo a organização de diversos tipos de eventos e iniciativas de âmbito cultural, artístico e educativo, com serviços técnicos assegurados.

O centro cultural apresenta como espaço principal um auditório para cerca de 300 pessoas, várias salas de apoio e tem, ainda, à disposição espaços destinados a serviços públicos e privados.

A utilização dos espaços do Centro Cultural e de Congressos no 1.º semestre foi a indicada no quadro seguinte:

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DO N.º DE EVENTOS – 1.º SEMESTRE

Eventos/Utilizações	1.º Semestre		Variação 2025/2024	
	2024	2025	N.º	%
Eventos	17	15	-2	-11,8%
Utilização de salas	5	3	-2	-40,0%
TOTAL	22	18	-4	-18,2%

Fonte – Centro Cultural e de Congressos do Porto Santo

Comparativamente ao período homólogo diminuiu o número de eventos e a utilização de salas.

Relativamente ao ano 2024, no semestre em análise, é possível verificar uma redução de 18% no corrente ano, que se considera justificada pelos seguintes fatores:

- No primeiro trimestre do ano 2025, o período sem ligações marítimas foi superior ao dos anos anteriores;



- Verificou-se o encerramento de estabelecimentos de apoio (hotéis, restauração, lojas, etc.), durante o primeiro trimestre de 2025;
- O aumento do valor para as acessibilidades à ilha do Porto Santo, os eventos de menor dimensão estão a ser direcionados para alguns espaços concorrentes;
- O arrendamento das salas de apoio ao auditório contribuiu para a redução de realização de eventos de menor dimensão.

3. Execução Orçamental por Classificação Económica

3.1. Execução Orçamental da Receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro semestre de 2025:

QUADRO 3 – RESUMO DA RECEITA – 1.º SEMESTRE

RESUMO DA RECEITA			
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Receitas Correntes	1 408 182,00	980 333,62	69,62%
Outras Receitas Correntes	34 528,00	3 250,01	9,41%
SUBTOTAL	1 442 710,00	983 583,63	68,18%
RECEITAS CAPITAL			
Venda de Bens de Investimento	897 050,00	1 365 134,00	152,18%
Transferências de Capital	3 049 000,00	339 348,38	11,13%
Ativos Financeiros	1 192 445,00	608 144,00	51,00%
SUBTOTAL	5 138 495,00	2 312 626,38	45,01%
Saldo Gerência Anterior	2 576 569,00	2 576 567,26	100,00%
SUBTOTAL	2 576 569,00	2 576 567,26	100,00%
TOTAL	9 157 774,00	5 872 777,27	64,13%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro semestre de 2025 foi de 64,13%.

As Receitas Correntes tiveram uma execução na ordem dos 68,18%, e as Receitas de Capital tiveram uma execução de 45,01%.

A rubrica Receitas Correntes teve uma execução de 69,62%. Estas receitas provêm maioritariamente da exploração do Campo de Golfe do Porto Santo, sendo as restantes provenientes do Centro Cultural e de Congressos, e ainda, da contrapartida financeira dos contratos de concessões e dos arrendamentos.

Na rubrica Venda de Bens de Investimento, o valor da execução resulta da venda dos lotes do loteamento do Campo de Golfe.

Nas Receitas de Capital, a rubrica Transferências de Capital, verifica-se uma execução de 11,13%. Este valor resulta dos recebimentos dos contratos programa.

A rubrica de Ativos Financeiros, registou um valor de 608 144€, resultante da injeção de capital por parte do acionista RAM, a qual deveria ter ocorrido no ano de 2024, mas só se veio a realizar no 1.º trimestre 2025.

Analizando a execução orçamental da receita, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores recebidos resultaram de:

- Transferências da RAM (311) - 10,00%;
- Receitas Próprias (FF 513) – 40,00%;
- Saldo de Gerência (FF 382, FF 522) – 44,00%;
- Fundo de Coesão Nacional (FF 392) – 6%.

O saldo de gerência encontra-se totalmente integrado no Orçamento da SDPS.

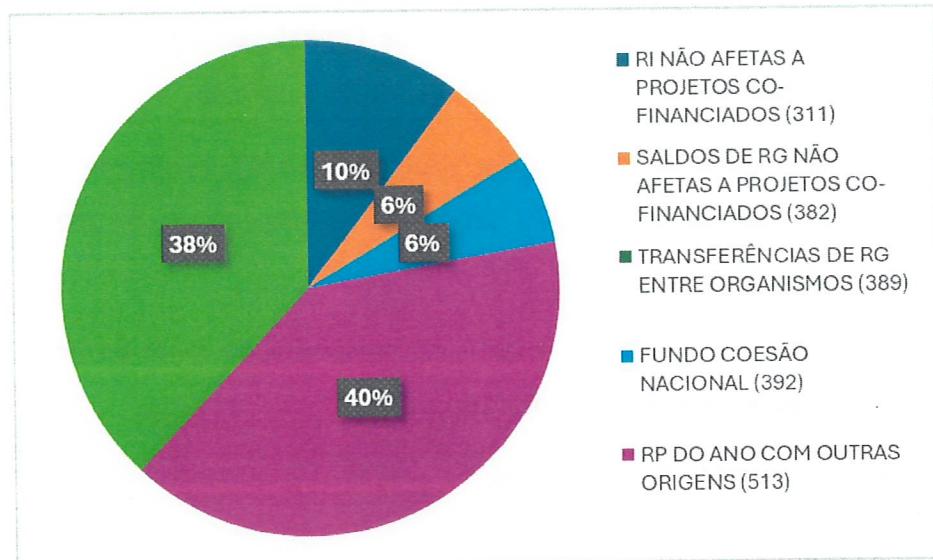
QUADRO 4 – RESUMO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º SEMESTRE

FONTE FINANCIAMENTO	RESUMO DA RECEITA		EXECUÇÃO VALOR	%
	ORÇAMENTO CORRIGIDO			
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	1 192 445,00		608 144,00	51,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	350 531,00		350 530,17	100,00%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	3 528,00		778,83	22,08%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	3 049 000,00		339 348,38	11,13%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 336 232,00		2 347 938,80	100,50%

RESUMO DA RECEITA			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	2 226 038,00	2 226 037,09	100,00%
TOTAL	9 157 774,00	5 872 777,27	64,13%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte – Unidade de Gestão Financeira

QUADRO 5 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA RECEITA – 1.º SEMESTRE 2024/2025

RESUMO DA RECEITA					
RECEITAS CORRENTES	EXECUÇÃO 1.º SEMESTRE		VARIAÇÃO		
	2024	2025	VALOR	%	
Receitas Correntes	980 833,87	980 333,62	-500,25	-0,1%	
Outras Receitas Correntes	1 381,24	3 250,01	1 868,77	135,3%	
SUBTOTAL	982 215,11	983 583,63	1 368,52	0,1%	
RECEITAS CAPITAL					
Venda de Bens de Investimento	181 600,00	1 365 134,00	1 183 534,00	651,73%	
Transferências de Capital	0,00	339 348,38	339 348,38	100,00%	
Ativos Financeiros	584 301,00	608 144,00	23 843,00	4,08%	
SUBTOTAL	765 901,00	2 312 626,38	1 546 725,38	201,9%	
Saldo Gerência Anterior	1 529 992,00	2 576 567,26	1 046 575,26	68,4%	
SUBTOTAL	1 529 992,00	2 576 567,26	1 046 575,26	68,4%	
TOTAL	3 278 108,11	5 872 777,27	2 594 669,16	79,2%	

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

No que concerne à variação na Rubrica das Receitas Correntes, existe um aumento de 0,1% comparativamente ao período homólogo. Esta variação provém maioritariamente da exploração do Campo de Golfe do Porto Santo, do Centro Cultural e de Congressos, e ainda, da atualização das taxas das concessões e dos arrendamentos.

Já no que se refere à variação das Receitas de Capital, a variação é de 201,9%, contribuindo para este desempenho as rubricas Venda de Bens de Investimento (lotes da 1.ª fase A do loteamento), Transferências de Capital e dos Ativos Financeiros.

No global podemos verificar que há um acréscimo de 79,2%, resultante do aumento do valor do Saldo de Gerência, que transitou do ano anterior, bem como, da venda dos lotes do Campo de Golfe do Porto Santo.

3.2. Execução Orçamental da Despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2025:

QUADRO 6 – RESUMO DA DESPESA – 1.º SEMESTRE

RESUMO DA DESPESA			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	%
Despesas com Pessoal	2 583 740,00	557 923,96	21,59%
Aquisição Bens Serviços	1 183 791,00	222 787,52	18,82%
Juros e Outros Encargos	500,00	17,36	3,47%
Administração Regional	18 028,00	6 269,96	34,78%
Outras Despesas Correntes	164 400,00	141 672,05	86,18%
SUBTOTAL	3 950 459,00	928 670,85	23,51%
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	5 207 315,00	50 001,21	0,96%
SUBTOTAL	5 207 315,00	50 001,21	0,96%
TOTAL	9 157 774,00	978 672,06	10,69%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2025 foi de 10,69%, sendo que as Despesas Correntes tiveram uma execução de 23,51%, enquanto as Despesas de Capital apresentam uma execução residual de 0,96%.

AM
DR
A rubrica Despesas com Pessoal, registou uma execução de 21,59%.

A rubrica Aquisição de Bens e Serviços teve uma execução de 18,82%.

Contribuíram para esta execução as seguintes rubricas:

- Trabalhos especializados, em especial, os relacionados com o Campo de Golfe;
- Conservação e reparação;
- Da eletricidade e água dos vários empreendimentos;
- Da limpeza, higiene e conforto;
- Publicidade;
- Outros Serviços, sendo os contratos com mais peso nesta rubrica, gestão documental, arquivo documental, serviços jurídicos e serviços de contabilidade.

A rubrica Juros e Outros Encargos representa os valores pagos de juros e outros encargos, verificando-se uma execução de 3,47%.

A rubrica Administração Regional reflete o valor despendido com a remuneração trabalhadores colocados ao abrigo do Programa de Ocupação Temporária de Desempregados (POT), promovido pelo Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM.

Na rubrica Outras Despesas Correntes a execução de 86,18%, e deveu-se essencialmente aos pagamentos do IVA e IMI.

No que concerne às despesas de capital, a execução registada foi significativamente baixa.

Registou-se apenas uma execução de 0,96% na Aquisição Bens de Capital, respeitante à despesa relacionada com investimentos, nomeadamente, com a aquisição de bens de imobilizado.

Analizando a execução orçamental da despesa, na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores pagos, resultaram de:

- Receitas Próprias (FF 513) – 69,00%;
- Fundo Coesão Nacional (FF 392) – 1,00%;

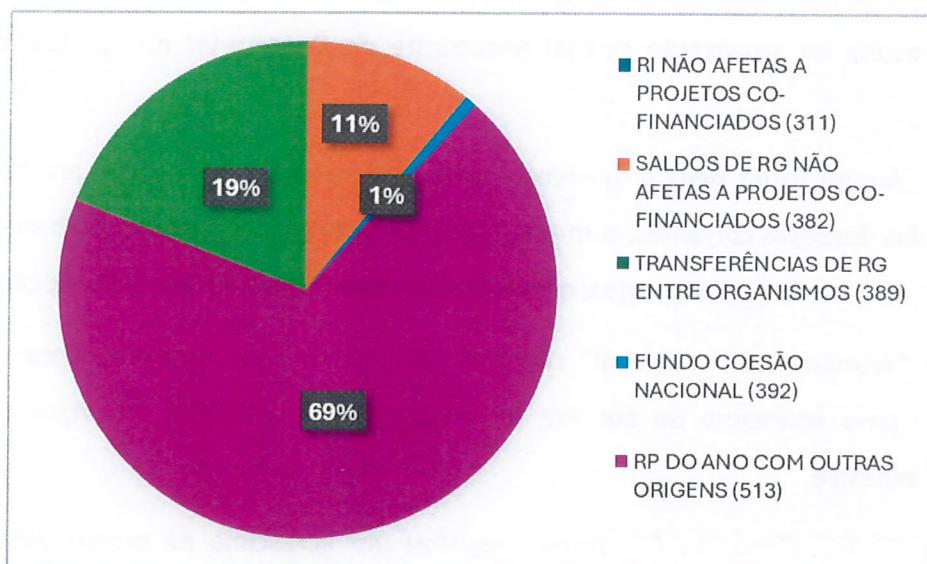
- Saldo de Gerência (FF 382, FF 522) – 30,00%.

QUADRO 7 – RESUMO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO – 1.º SEMESTRE

RESUMO DA DESPESA			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO VALOR	EXECUÇÃO %
RI NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (311)	1 192 445,00	0,00	0,00%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	350 531,00	106 023,89	30,25%
TRANSFERÊNCIAS DE RG ENTRE ORGANISMOS (389)	3 528,00	0,00	0,00%
FUNDO COESÃO NACIONAL (392)	3 049 000,00	7 988,00	0,26%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	2 336 232,00	677 249,97	28,99%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	2 226 038,00	187 410,20	8,42%
TOTAL	9 157 774,00	978 672,06	10,69%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE FINANCIAMENTO



Fonte – Unidade de Gestão Financeira

QUADRO 8 – RESUMO DA VARIAÇÃO DA DESPESA – 1.º SEMESTRE 2024/2025

DESPESAS CORRENTES	RESUMO DA DESPESA		VARIAÇÃO	
	EXECUÇÃO 1.º SEMESTRE 2024	EXECUÇÃO 1.º SEMESTRE 2025	VALOR	%
Despesas com Pessoal	545 110,69	557 923,96	12 813,27	2,35%
Aquisição Bens Serviços	183 999,44	222 787,52	38 788,08	21,08%

RESUMO DA DESPESA				
DESPESAS CORRENTES	EXECUÇÃO 1.º SEMESTRE		VARIAÇÃO	
	2024	2025	VALOR	%
Juros e Outros Encargos	29,49	17,36	-12,13	-41,13%
Administração Regional	5 959,66	6 269,96	310,30	5,21%
Outras Despesas Correntes	49 684,00	141 672,05	91 988,05	185,15%
SUBTOTAL	784 783,28	928 670,85	143 887,57	18,33%
DESPESAS CAPITAL				
Aquisição Bens Capital	64 318,49	50 001,21	-14 317,28	-22,26%
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
SUBTOTAL	64 318,49	50 001,21	-14 317,28	-22,26%
TOTAL	849 101,77	978 672,06	129 570,29	15,26%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

No que respeita à variação das Despesas Correntes:

A rubrica "Despesas com Pessoal" registou uma ligeira variação positiva de 2,35%. Esta variação resulta da atualização salarial decorrente do Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro.

A rubrica "Aquisição de Bens e Serviços", teve uma variação de 21,08%, justificada pelo aumento das despesas correntes, com especial relevância para a conservação e manutenção do Campo de Golfe e outros serviços, nomeadamente serviços jurídicos e promoção.

A rubrica "Administração Regional" registou um aumento de aproximadamente 5,21%, justificado pelo acréscimo do número de programas de emprego em vigor durante o primeiro semestre.

A rubrica "Outras Despesas Correntes", registou um acréscimo na ordem dos 185,15%, justificado pelo pagamento do IVA e do IMI, bem como, do lançamento das retenções dos clientes – Contratos de Arrendamento.

Já no que se refere à variação das Despesas de Capital, existe uma diminuição de 22,26%, comparativamente ao período homólogo de 2024, considerando que ainda não foram celebrados Contratos Programa de modo a dar cumprimento ao investimento previsto para

os diversos projetos, no decorrer do ano de 2025, refletindo assim a diminuição e fraca execução desta rubrica.

4. Execução do Plano de Investimentos

Os investimentos apresentaram a evolução financeira abaixo indicada:

QUADRO 9 – INVESTIMENTOS – 1.º SEMESTRE

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2025	Orçamento Retificado	Valor Executado	% de Execução
52218	122 000,00	172 000,00		0,00%
REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DA SDPS, SA	122 000,00	172 000,00		0,00%
513	122 000,00	122 000,00		0,00%
522	0,00	50 000,00		0,00%
52509	9 000,00	0,00		0,00%
TRABALHOS DE MELHORAMENTO DO EMPREENDIMENTO - MERCADO / PRAÇA DO BARQUEIRO	9 000,00	0,00		0,00%
522	9 000,00	0,00		0,00%
52735	15 000,00	65 000,00		0,00%
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - CAMPO DE GOLFE E CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS DO PORTO SANTO	15 000,00	65 000,00		0,00%
513	15 000,00	15 000,00		0,00%
522	0,00	50 000,00		0,00%
52736	174 103,00	335 666,00	40 255,85	39,52%
EQUIPAMENTO BÁSICO - SDPS	174 103,00	335 666,00	40 255,85	39,52%
513	85 666,00	85 666,00	30 518,28	35,62%
522	88 437,00	250 000,00	9 737,57	3,90%
52737	18 300,00	18 300,00		0,00%
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - SDPS	18 300,00	18 300,00		0,00%
513	18 300,00	18 300,00		0,00%
52738	6 100,00	6 100,00		0,00%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO - SDPS	6 100,00	6 100,00		0,00%
513	6 100,00	6 100,00		0,00%
53041	624 400,00	618 400,00		0,00%
REABILITAÇÃO DO CENTRO DE ARTESANATO	624 400,00	618 400,00		0,00%
392	549 000,00	549 000,00		0,00%
513	69 400,00	69 400,00		0,00%
522	6 000,00	0,00		0,00%
53236	93 600,00	10 600,00		0,00%
CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO - 2.ª FASE	93 600,00	10 600,00		0,00%

Projeto/Designação	Orçamento Inicial 2025	Orçamento Retificado	Valor Executado	% de Execução
513	10 600,00	10 600,00		0,00%
522	83 000,00	0,00		0,00%
53316	35 380,00	135 380,00		0,00%
REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS	35 380,00	135 380,00		0,00%
513	35 380,00	35 380,00		0,00%
522	0,00	100 000,00		0,00%
53318	73 200,00	373 200,00		0,00%
REABILITAÇÃO DO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	73 200,00	373 200,00		0,00%
513	73 200,00	73 200,00		0,00%
522	0,00	300 000,00		0,00%
53324	703 150,00	2 602 669,00	9 745,36	3,83%
2º CAMPO DE GOLFE	703 150,00	2 602 669,00	9 745,36	3,83%
392	50 000,00	2 500 000,00	7 988,00	0,32%
513	50 000,00	50 000,00	1 757,36	3,51%
522	603 150,00	52 669,00		0,00%
53689	0,00	100 000,00		0,00%
ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGA DO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	0,00	100 000,00		0,00%
522	0,00	100 000,00		0,00%
53772	0,00	770 000,00		0,00%
LOTEAMENTO ADJACENTE AO CAMPO DE GOLFE DO PORTO SANTO	0,00	770 000,00		0,00%
522	0,00	770 000,00		0,00%
Total Geral	1 874 233,00	5 207 315,00	50 001,21	0,96%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Quanto aos investimentos acima elencados, a execução foi a seguinte:

- Projeto 52736 – Equipamento Básico, adquirido para os diversos empreendimentos, no valor de 30.445,10 €.
- Projeto 53324 – 2.º Campo de Golfe, no valor de 9.745,36€.

5. Receitas Operacionais

As receitas obtidas no primeiro semestre de 2025 ascenderam a 2 382 616 €, resultantes, na sua maioria, de:

- Contratos de concessão de exploração e de arrendamentos das infraestruturas das SDPS;
- Exploração direta dos empreendimentos da SDPS, nomeadamente, o campo de Golfe e o Centro Cultural e de Congressos;
- Escritura de venda de lotes.

QUADRO 10 – PRINCIPAIS RECEITAS OPERACIONAIS – 1.º SEMESTRE

Receitas Operacionais	PAO 2024	Execução 2025	Variação
			%
Vendas e serviços prestados	900 000 €	2 377 257 €	264%
Transferências correntes e subsídios à exploração	- €	- €	0%
Outros rendimentos	448 525 €	5 358 €	1%
Total	1 348 525 €	2 382 616 €	177%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Nas Receitas Operacionais é possível verificar uma execução de 177 %, no primeiro semestre de 2025, face ao orçamentado no PAO 2024, para o período em análise.

As Vendas e Serviços Prestados representaram 264% do previsto no PAO para o ano 2024, para o semestre em análise, pelo que é um valor muito satisfatório, que resulta maioritariamente da atividade operacional do Campo de Golfe do Porto Santo e da venda dos Lotes do Porto Santo Golfe.

Os Outros Rendimentos, tiveram uma execução muito baixa de 1%, abaixo do previsto, e tendo em conta a previsão efetuada no PAO, para o semestre em análise.

6. Gastos Operacionais

Os gastos do primeiro semestre de 2025 ascenderam a 1 960 646 €, apresentando uma execução de 162%, face ao previsto no Plano de Atividades 2024, para o semestre em análise.

QUADRO 11 – GASTOS OPERACIONAIS – 1.º SEMESTRE

Gastos Operacionais	PAO 2024	Execução 2025	Variação %
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10 000 €	1 103 768 €	11038%
Fornecimentos e serviços externos	492 146 €	211 896 €	43%
Gastos com o pessoal	687 770 €	606 638 €	88%
Outros gastos	22 500 €	38 343 €	170%
Total	1 212 415 €	1 960 646 €	162%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

Como se pode verificar, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, teve uma execução significativa, justificado pela venda de lotes de terrenos afetos ao Campo de Golfe do Porto Santo. Esta operação teve um impacto substancial nos custos, uma vez que os terrenos vendidos estavam registados como inventário e, ao serem alienados, geraram o correspondente reconhecimento de custo.

Os fornecimentos e serviços externos apresentam uma execução de acordo com o esperável, para o período em análise.

Os Outros Gastos registaram um desvio acima do esperável, explicado pela introdução de encargos com IVA e outras taxas, nomeadamente a taxa paga ao Tribunal de Contas no âmbito do visto referente ao Contrato Programa 53324 – 2.º Campo de Golfe do Porto Santo.

6.1. Fornecimento e Serviços Externos

A variação ocorrida na conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, encontra-se explanada no quadro seguinte:

QUADRO 12 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º Semestre		Variação %
		2025	2024	
6221	Trabalhos especializados	736,89	13 260,30	-94%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	21 593,93	14 752,36	46%



Conta 62	Fornecimentos e Serviços Externos	1º Semestre		Variação %
		2025	2024	
6226	Conservação e reparação	4 937,84	3 419,84	44%
6229	Outros serviços especializados	0,00	50,00	-100%
	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 063,98	2 833,11	-27%
6231	Material de escritório	472,54	922,19	-49%
6241	Eletricidade	29 010,14	36 762,36	-21%
6242	Combustíveis e lubrificantes	4 366,44	5 187,54	-16%
6243	Água	27 109,57	42 206,02	-36%
6251	Deslocações e estadas	3 201,16	1 255,06	155%
6253	Transporte de mercadorias	320,38	77,40	314%
6262	Comunicações	1 563,62	3 389,86	-54%
6263	Seguros	1 014,46	885,80	15%
6266	Despesas de representação dos serviços	0,00	0,00	0%
6267	Limpeza, higiene e conforto	2 881,58	3 550,29	-19%
6269	Outros serviços	112 623,78	59 234,63	90%
Total		211 896,31	187 786,76	13%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Fornecimentos e Serviços Externos”, teve um acréscimo de 13%, comparativamente ao período homólogo.

Para este acréscimo concorreram os aumentos dos trabalhos especializados, em especial os fornecidos pela Vivida, a publicidade, comunicação e imagem, a conservação e reparação, da eletricidade, as deslocações e estadas, os seguros, a limpeza higiene e conforto e os outros serviços.

Realce para a redução com as despesas inerentes ao fornecimento de água devido à meteorologia.

Quanto às deslocações e estadas, devem-se essencialmente à deslocação à BTL e às deslocações dos trabalhadores especializados do Funchal ao Porto Santo, numa ótica de gestão conjunta das 4 Sociedades.

6.2. Gastos com Pessoal

A variação ocorrida na conta “Gastos com o pessoal”, encontra-se explanada no quadro seguinte:



QUADRO 13 – GASTOS COM PESSOAL

Conta 63	Gastos com o pessoal	1º Semestre		Variação
		2025	2024	
631	Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	26 705,57	21 376,35	25%
632	Remunerações do pessoal	465 839,57	462 970,83	1%
634	Indemnizações	0,00	645,73	-100%
635	Encargos sobre remunerações	110 129,79	102 423,61	8%
63511	Encargos com os Órgãos Sociais	6 087,74	4 842,43	26%
63512	Encargos com o restante pessoal	104 042,05	97 581,18	7%
636	Acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 780,05	3 901,32	-3%
638	Outros gastos com o pessoal	183,50	4 181,27	-96%
	Total	606 638,48	595 499,11	2%

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

A conta “Gastos com o pessoal”, teve um acréscimo de 2%, comparativamente ao período homólogo.

7. Demonstrações Financeiras

7.1. Demonstração de Resultados por Naturezas

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º SEMESTRE		31/dez/24
		2025	2024	
Vendas		1 365 204,20	41 746,98	1 271 749,52
Prestações de serviços		1 012 053,09	852 559,92	1 433 571,18
Transferências correntes e subsídios à exploração		(1 103 767,77)	(28 538,15)	(1 143 559,09)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(211 896,31)	(187 786,76)	(651 035,91)
Fornecimentos e serviços externos		(606 638,48)	(595 499,11)	(1 200 088,90)
Gastos com o pessoal		5 358,44	5 482,88	80 904,08
Outros rendimentos e ganhos		(38 343,37)	(6 553,84)	(17 976,82)
Outros gastos e perdas		421 969,80	81 411,92	(222 961,60)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		(448 280,72)	(586 992,88)	(1 158 384,18)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(26 310,92)	(505 580,96)	(1 381 345,78)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)				
Juros e gastos similares suportados		-	-	
Resultado antes de impostos		(26 310,92)	(505 580,96)	(1 381 345,78)
Imposto sobre o rendimento		-	-	(606,46)
Resultado líquido do período		(26 310,92)	(505 580,96)	(1 381 952,24)

Fonte – Opção Divina

No que concerne aos Rendimentos e Gastos da empresa no primeiro semestre de 2025, face ao período homólogo de 2024, temos a observar o seguinte:

- O acréscimo do volume de negócios, deve-se essencialmente ao aumento da receita proveniente de:
 - Operação Escandinávia, com a entrada de novos praticantes oriundos da Noruega e Dinamarca;
 - Venda dos Lotes da 1.ª fase A do loteamento do Porto Santo Golfe;
- Os Fornecimentos e Serviços Externos apresentam um aumento justificado pela conservação e manutenção do Campo de Golfe e outros serviços, nomeadamente serviços jurídicos;
- O aumento verificado no Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, deveu-se ao lançamento do Custo da Venda dos Lotes do PSGR;
- O aumento verificado nos outros gastos e perdas deveu-se essencialmente ao pagamento dos impostos, nomeadamente do IVA, do IMI, e das retenções de clientes.

7.2. Balanço

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	NOTAS	1º SEMESTRE		31/dez/24
		2025	2024	
ATIVO				
ATIVO NÃO CORRENTE				
Ativos fixos tangíveis		33 901 286,09	34 333 669,96	34 307 629,54
	<i>Total de ativo não corrente</i>	33 901 286,09	34 333 669,96	34 307 629,54
Ativo CORRENTE				
Inventários		2 761 328,30	4 907 975,17	3 865 096,07
Clientes		378 002,46	308 743,16	134 000,13
Estado e outros entes públicos		46 963,47	42 043,69	35 338,13
Outras contas a receber		10 219 338,42	10 206 314,21	10 827 482,42
Caixa e depósitos		5 196 670,79	2 524 596,63	2 966 768,10
	<i>Total de ativo corrente</i>	18 602 303,44	17 989 672,86	17 828 684,85
TOTAL DO ATIVO		52 503 589,53	52 323 342,82	52 136 314,39
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Património/Capital		79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio		33 177 992,52	32 569 848,52	33 177 992,52
Prémios de emissão		1,62	1,62	1,62
Resultados transitados		(92 310 340,68)	(90 928 388,44)	(90 928 388,44)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio		568 767,36	166 940,89	229 418,98
Resultado líquido do período		(26 310,92)	(505 580,96)	(1 381 952,24)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO		20 928 644,90	20 821 356,63	20 615 607,44
PASSIVO				
PASSIVO NÃO CORRENTE				
Provisões		6 364 070,00	6 364 070,00	6 364 070,00
Financiamentos obtidos		24 266 666,67	24 266 666,67	24 266 666,67
Passivos por impostos diferidos		39 536,45	28 769,41	39 536,45
	<i>Total do passivo não corrente</i>	30 670 273,12	30 659 506,08	30 670 273,12
PASSIVO CORRENTE				
Fornecedores		20 073,52	36 246,11	-
Estado e outros entes públicos		133 368,00	74 930,09	14 301,36
Outras contas a pagar		751229,99	731 303,91	836 132,47
	<i>Total do passivo corrente</i>	904 671,51	842 480,11	850 433,83
TOTAL DO PASSIVO		31 574 944,63	31 501 986,19	31 520 706,95
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO		52 503 589,53	52 323 342,82	52 136 314,39
		-	-	-

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros.

Fonte – Opção Divina

No balanço de 30 de junho de 2025, face a 31 de dezembro de 2024, há a assinalar principalmente:

- No Ativo corrente, nos Inventários, a redução verificada resulta da venda dos lotes de terreno, do Campo de Golfe;

(Handwritten signatures in blue ink, including initials and a stylized logo)

- No Ativo corrente, na rubrica de Clientes, verifica-se um aumento, justificado pelo acréscimo do número de clientes no campo de golfe, no âmbito do protocolo da Operação Escandinávia, bem como pelos prazos de pagamento acordados;
- Nos Fornecedores, estamos a cumprir com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso,

7.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	1º SEMESTRE		31/dez/24
		2025	2024	
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes		2 133 254,96	980 833,87	1 936 100,73
Pagamentos a fornecedores		-229 562,28	-183 999,44	-760 954,34
Pagamentos ao pessoal		-794 358,41	-545 110,69	-1 170 599,38
		1 109 334,27	251 723,74	4 547,01
				22 795,87
Caixa gerada pelas operações				
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1 167 502,31	-74 180,98	70 283,71
Outros recebimentos/pagamentos		2 276 836,58	177 542,76	97 626,59
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)				
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		-46 933,89	-64 318,49	-634 096,98
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis			181 600,00	1 200 221,00
Outros ativos		-46 933,89	117 281,51	639 369,15
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)				
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			584 301,00	584 301,00
Cobertura de prejuízos				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares		0,00	584 301,00	584 301,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)				
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2 229 902,69	879 125,27	1 321 296,74
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 966 768,10	1 645 471,36	1 645 471,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 196 670,79	2 524 596,63	2 966 768,10
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 966 768,10	1 645 471,36	1 645 471,36
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		2 966 768,10	1 645 471,36	1 645 471,36
De execução orçamental		2 576 567,26		1 529 992,60
De operações de tesouraria		390 200,84		115 478,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 196 670,79	2 524 596,63	2 966 768,10
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		5 196 670,79	2 524 596,63	2 966 768,10
De execução orçamental		4 854 893,05	2 425 976,98	2 576 567,26
De operações de tesouraria		341 777,74	98 619,65	390 200,84

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fonte: Opção Divina

No que concerne à Demonstração de Fluxos de Caixa temos a assinalar um aumento nos recebimentos de clientes, e um aumento nos pagamentos a fornecedores pelos motivos atrás descritos.

8. INFORMAÇÃO ADICIONAL

8.1. Pessoal

A estrutura de pessoal da SDPS, S.A. tem a seguinte composição:

- Órgãos Sociais – 1 (um) Presidente, 2 (dois) Vogais Executivos e 2 (dois) Vogais Não Executivos;
- Técnico Superior – 7 (sete), dos quais 3 são dirigentes ao abrigo de uma comissão de serviços, 2 estão a exercer funções noutra entidade, ao abrigo de um acordo de cedência ocasional e de cedência de interesse público, respetivamente;
- Profissional de Golfe – 1 trabalhador;
- Assistente Técnico – 14 (catorze) trabalhadores, sendo que três estão a exercer funções noutra entidade ao abrigo de um contrato de interesse público;
- Assistente Operacional – 25 (vinte e cinco) trabalhadores, sendo que dois trabalhadores está a exercer funções noutra entidade ao abrigo de um acordo de cedência de interesse público.

QUADRO 14 – RESUMO DE PESSOAL – 1.º SEMESTRE

TRABALHADORES ATIVOS	TRABALHADORES INATIVOS	ÓRGÃOS SOCIAIS	TOTAL
40	7	5	52

Fonte – Unidade de Gestão de Recursos Humanos

8.2. Evolução da dívida comercial

QUADRO 15 – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COMERCIAL

	1ºT 2025	2ºT 2025
Fornecedores C/C (221 - SNC-AP)	5 284,25	20 073,52
Fornecedores de Investimentos (271 - SNC-AP)	0,00	284,50
Total	5 284,25	20 358,02

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

AN
BL

8.3. Evolução do prazo médio dos recebimentos

QUADRO 16 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DOS RECEBIMENTOS

PRAZO	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024	1ºT 2025	2ºT 2025
PMR (em dias)	58	32	6	5	16	14

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

8.4. Evolução do prazo médio de pagamentos

QUADRO 17 – EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

PRAZO	1ºT 2024	2ºT 2024	3ºT 2024	4ºT 2024	1ºT 2025	2ºT 2025
PMP (em dias)	27	12	11	0	4	9

Fonte – Unidade de Gestão Financeira

9. Conclusão

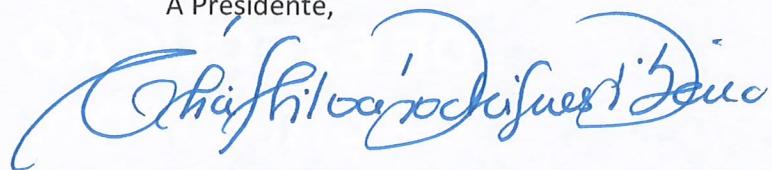
O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados na melhoria dos resultados e na sustentabilidade da SDPS, em cumprimento dos objetivos definidos para o ano de 2025.

Paralelamente, existe a procura contínua no financiamento, quer através de financiamento comunitário, quer através dos mecanismos previstos na lei, de modo a diminuir a dependência do acionista e, como tal, aliviar o ORAM.

Funchal, 28 de julho de 2025

O Conselho de Administração,

A Presidente,



(Élia Fátima da Silva Rodrigues Ribeiro)

Os Vogais Executivos,



(Fátima Carvalho Correia)



(Elias Homem de Gouveia)

**RELATÓRIO
SEMESTRAL
DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL**
1.º SEMESTRE
2025



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.



Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Semestre de 2025

Julho de 2025

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Avenida 5 de Outubro nº 124 7º | 1050-061 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 |

Capital Social €47.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	6
4. Nota Final	8

1. Nota Introdutória

À Secretaria Regional das Finanças,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é elaborado nos termos da alínea i), do nº 1, do art. 42.º do RJSERAM – Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira, do constante da alínea e) do nº 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril, e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2023-2026.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S. A. (doravante “SDPS” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro semestre, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditória aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro semestre de 2025 com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de demonstrações financeiras reportados a 30 de junho de 2025, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no relatório de execução orçamental preparado pela SDPS com referência ao primeiro semestre de 2025, incluindo o balanço, a demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa e os mapas de controlo orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas demonstrações financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 30 de junho de 2025 são as seguintes:

Designação	2025			2024		
	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução	Previsões Corrigidas	Receitas Cobradas	Grau Execução
RECEITAS CORRENTES	1 442 710	983 584	68,2%	1 676 800	982 752	58,6%
Venda de bens e serviços correntes	1 408 182	980 334	69,6%	1 622 272	981 371	60,5%
Outras receitas correntes	34 528	3 250	9,4%	54 528	1 381	2,5%
RECEITAS DE CAPITAL	5 138 495	2 312 626	45,0%	2 347 991	765 901	32,6%
Venda de bens de investimento	897 050	1 365 134	152,2%	848 166	181 600	21,4%
Transferências de capital	3 049 000	339 348	11,1%	1 230 309	0	0,0%
Ativos financeiros	1 192 445	608 144	51,0%	269 516	584 301	216,8%
OUTRAS RECEITAS	2 576 569	2 576 567	100,0%	4 755 600	1 529 993	32,2%
Saldo da gerência anterior	2 576 569	2 576 567	100,0%	4 755 600	1 529 993	32,2%
TOTAL	9 157 774	5 872 777	64,1%	8 780 391	3 278 646	37,3%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º semestre.

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 30 de junho de 2025 ascende a 64,1%, que se traduz em 5.872.777 euros em termos absolutos, aumentando cerca de 2.594.000 euros face ao registado em período homólogo. O grau de execução justifica-se, essencialmente, nos pontos seguintes:

- ✓ O “saldo da gerência anterior” encontra-se totalmente integrado, sendo este superior em cerca de 1.046.575 euros, comparativamente ao registado em igual período do ano anterior.
- ✓ As receitas de capital registaram um aumento face ao período anterior, justificado, sobretudo, pelo acréscimo de 1.183.534 euros na rubrica “Vendas de bens de investimento”, resultante, maioritariamente, da alienação de lotes integrados no Loteamento Porto Santo Golf Resort – 1.ª Fase A. Para este crescimento contribuiu ainda o aumento de 339.348 euros na rubrica de “Transferências de capital”.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 30 de junho de 2025 são as seguintes:

Designação	2025			2024		
	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Grau Execução
DESPESAS CORRENTES	3 950 459	928 671	23,5%	4 124 539	788 350	19,1%
Despesas com pessoal	2 583 740	557 924	21,6%	2 270 367	548 808	24,2%
Aquisição de bens e serviços	1 183 791	222 788	18,8%	1 581 586	183 869	11,6%
Juros e outros encargos	500	17	3,5%	157 644	29	0,0%
Transferências correntes	18 028	6 270	34,8%	15 528	5 960	38,4%
Outras despesas correntes	164 400	141 672	86,2%	99 414	49 684	50,0%
DESPESAS DE CAPITAL	5 207 315	50 001	1,0%	4 655 852	64 318	1,4%
Aquisição de bens de capital	5 207 315	50 001	1,0%	4 269 028	64 318	1,5%
Ativos financeiros	0	0	0,0%	386 824	0	0,0%
TOTAL	9 157 774	978 672	10,7%	8 780 391	852 669	9,7%

Fonte: Balancetes analíticos da Sociedade referentes ao 1º Semestre.

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2025 situa-se nos 10,7%, apresentando um total de despesa paga pela Sociedade de 978.672 euros.

Verifica-se um aumento de 126.003 euros face ao valor realizado no período homólogo. Neste contexto, importa destacar as seguintes situações, que contribuem para justificar o grau de execução registado no orçamento da despesa:

- ✓ A execução da rubrica de “*outras despesas correntes*” ascendeu a 141.672 euros, representando um acréscimo de 91.988 euros face ao valor registado no período homólogo, decorrente, essencialmente, do pagamento de IVA e do IMI, bem como, do registo de retenções associadas a contratos de arrendamento com clientes.
- ✓ A execução orçamental da rubrica “*Aquisição de Bens e Serviços*” regista um aumento de 38.918 euros face ao período homólogo, decorrente, essencialmente, do acréscimo das despesas com a conservação e manutenção do Campo de Golfe, e de outros serviços nomeadamente jurídicos e de promoção.
- ✓ A “*aquisição de bens de capital*” apresenta uma diminuição de aproximadamente 14.300 euros, resultante da ausência de celebração de Contratos Programa de modo necessários à concretização dos investimentos planeados.

3. Conclusões

No decurso do nosso trabalho, identificámos algumas limitações relacionadas com o sistema informático, designadamente, no que toca a erros de parametrização do *software*, dos quais resultam determinadas incongruências nos mapas de controlo orçamental da Receita e da Despesa, comprometendo, por esta via, a qualidade do reporte da informação financeira da Sociedade. Não obstante, não foram identificadas distorções materialmente relevantes a reportar, relativamente ao Relatório de execução orçamental do primeiro semestre de 2025.

Salientamos que se encontra em fase de conclusão um processo de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a ser repercutidos contabilisticamente no processo de fusão das sociedades.

Não obstante, esta informação não origina nesta fase uma alteração na nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *"No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 34.308 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade. Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis" evidenciada no Balanço e sobre o saldo de "Gastos de Depreciação e de Amortização" evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas, com referência a 31 de dezembro de 2024. De salientar, que se encontra em fase de conclusão um processo de Inventariação e Reconciliação Físico-Contabilística, Avaliação de Bens Móveis e Avaliação do Património Imóvel de Domínio Privado e Domínio Público, estimando-se que os resultados deste procedimento venham a ser repercutidos contabilisticamente no processo de fusão das sociedades.*
- *A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 10.170 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre o património da Entidade.*
- *Em outubro de 2019, foi celebrado um acordo de transação entre a SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. (SDPS), a Região Autónoma da Madeira e a sociedade comercial*

Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários Lda. (PBP), de acordo com o qual haveria a transmissão de propriedade sobre uma parcela para a SDPS e um valor relativo a lucros cessantes, sendo que na presente data, sobre o referido acordo corre uma ação judicial entreposta pela sociedade PBP no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal.

Em resultado do parecer do Tribunal de Contas, datado de 8 de novembro de 2021, relativamente ao acordo acima referido, em 2021 foi decidido em Conselho de Administração da SDPS, por uma questão de prudência, a constituição de uma provisão no valor de 6.017 milhares de euros, por contrapartida de custos desse exercício, a qual se destina a fazer face a eventuais responsabilidades associadas a este processo judicial.

De salientar que, este montante inclui, quer o valor do próprio terreno, quer a indemnização por lucros cessantes requerida pela sociedade PBP e ainda uma estimativa de custas judiciais. Em resultado, do facto de não ser possível desagregar o valor global dos 6.017 milhares de euros, não nos é possível quantificar a subavaliação do Ativo e do Património Líquido que decorre da aquisição do terreno em questão.”

Conforme consta no próprio Relatório Trimestral de Execução Orçamental, este foi elaborado com base no Plano de Atividades e Orçamento para 2024, uma vez que, em 2025, tem vigorado, até à data, o regime transitório de execução orçamental, nos termos do artigo 58.º da Lei de Enquadramento Orçamental. A execução das receitas e despesas encontra-se, assim, condicionada pela aplicação do regime duodecimal.



4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades de Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 28 de julho de 2025

PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)